

Relatório e Contas

OPTIMIZE INVESTIMENTO SGPS, SA
E M B A S E I N D I V I D U A L
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE

2014



Índice

1	Relatório de Gestão.....	3
1.1	Enquadramento geral da atividade em 2014	4
1.2	Aspetos mais salientes da atividade em 2014.....	13
1.3	Contas 2014.....	16
1.4	Conclusões.....	17
2	Demonstrações Financeiras	18
2.1	Balanço em 31 de Dezembro de 2014 – Ativo.....	19
2.2	Balanço em 31 de Dezembro de 2014 – Passivo e Capital	20
2.3	Demonstração de Resultado em 31 de Dezembro de 2014.....	21
2.4	Demonstração de Rendimento Integral	22
2.5	Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	23
2.6	Demonstração de Alterações no Capital Próprio em 31 de Dezembro de 2014..	24
3	Anexos.....	25
3.1	Anexo ao Relatório de Gestão	26
3.2	Anexo ao Balanço e Outras Demonstrações Financeiras.....	28
4	Certificação Legal das Contas.....	37

| 1 Relatório de Gestão

1.1 Enquadramento geral da atividade em 2014

Mercados financeiros em 2014

Economia mundial em 2014: a desilusão

A economia mundial enfrentou, em 2014, muitos fatores adversos entre os quais a morosidade da recuperação Europeia, a queda dos preços do petróleo, a desvalorização do euro e uma forte intensificação das tensões conflituais internacionais.

Ao invés do consenso dos economistas nas suas previsões de início de ano, que apostavam numa melhoria nítida da economia mundial, as estatísticas vieram logo no primeiro trimestre contrariar as esperanças de forte retoma económica.

Essa deceção foi confirmada ao longo do ano: apesar da forte queda dos preços do petróleo, a qual foi a origem de grandes transferências de rendimentos entre países exportadores e importadores, a economia mundial manteve-se em níveis de crescimento relativamente fracos. Uma desilusão ainda mais sensível, uma vez considerado o contexto global estimulante, entre ausência de inflação e políticas monetárias expansionistas

O ritmo do crescimento económico mundial estabeleceu-se em 2014 em +3.3%, ou seja, no mesmo nível do que em 2013 e 2012. A retoma esperada não aconteceu.

É preciso salientar no entanto o ritmo de crescimento, sempre forte, na China (+7.4%) e na Índia (+5.8%), ao invés dos 2 outros "BRIC", Rússia (+0.6%) e Brasil (+0.1%). Destaca-se ainda a boa aceleração da economia Norte-Americana (+ 2.4% nos Estados Unidos) e Britânica (+2.6% no Reino-Unido), enquanto a Zona Europa (+0.8%) e o Japão (+0.1%) ficaram átonos.

O balanço frágil do ano de 2014 levou o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional a rever em baixa as suas expectativas para os próximos anos, prevendo uma retoma lenta e desigual, modesta na Zona Euro, sustentada na China, no India, nos Estados Unidos e na Inglaterra, e um cenário negro para a Rússia.

CRESCIMENTO ECONÓMICO MUNDIAL (REAL E PREVISIONAL)

	2013	2014	2015	2016
Mundo	3.3%	3.3%	3.5%	3.7%
Zona Euro	-0.5%	0.8%	1.2%	1.4%
Estados Unidos	2.2%	2.4%	3.6%	3.3%
China	7.8%	7.4%	6.8%	6.4%
Japão	1.6%	0.1%	0.6%	0.8%
Alemanha	0.2%	1.5%	1.3%	1.5%
França	0.3%	0.4%	0.9%	1.3%
Reino-Unido	1.7%	2.6%	2.7%	2.3%
Itália	-1.9%	-0.4%	0.4%	0.8%
Espanha	-1.2%	1.4%	2.0%	1.8%
Portugal	-1.4%	0.8%	1.3%	1.5%
Brasil	2.5%	0.1%	0.3%	1.5%
Índia	5.0%	5.8%	6.3%	6.5%
Federação Russa	1.3%	0.6%	-3.0%	-1.0%

(fontes: OCDE, FMI)

Ações: um ano de contrastes

2014 foi um ano de contrastes do ponto de vista dos mercados de ações, tanto ao nível temporal, com um primeiro semestre francamente positivo seguido de um segundo baixista e muito volátil, como ao nível geográfico, com o Dow Jones a ganhar +7.5%, o Eurostoxx 50 +1.2%, e os mercados emergentes (MSCI Emerging Markets) a perderem 4,7%, e mesmo ao nível setorial, com a forte valorização dos setores das telecomunicações e farmacêutico por exemplo.

Estados Unidos no topo

Ao longo do ano, os mercados acionistas americanos estabeleceram recordes históricos em série, e acabaram 2014 com ganhos significativos (Dow Jones +7.5%, Nasdaq +13.4%). As tensões geopolíticas, a forte valorização do USD (+12.0%) e a queda do petróleo (-45.9%) não chegaram para destruir a confiança dos mercados.

Um ano branco na Europa

Fechando 2014 com um ganho de apenas +1.2%, os mercados de ações europeus apresentam um balanço neutro, embora este esconda alguma volatilidade. Após um primeiro semestre dinâmico, os stresses do Banco Espírito Santo em Agosto, da Ucrânia em Outubro, e do petróleo em Dezembro apagaram os ganhos dos mercados acionistas europeus. O balanço bolsista europeu inscreve-se assim em linha com a situação átona da economia, o risco de deflação, o nível historicamente lato do desemprego, a fraqueza da confiança dos atores económicos, ...

Perca de velocidade nos mercados emergentes

Após a forte correção constatada no primeiro semestre de 2014, devida à perspetiva de subida progressiva das taxas de juros americanas, os aforradores tornaram-se seletivos quanto aos mercados emergentes, penalizando os países apresentando uma balança de pagamentos deficitária, Brasil e África nomeadamente. O abrandamento do ritmo de crescimento chinês também teve um impacto nas exportações dos emergentes, e, logo, nas suas economias e valores bolsistas.

PERFORMANCE DOS PRINCIPAIS ÍNDICES BOLSISTAS EM 2014 (MOEDA LOCAL / EURO)

		Moeda Local	Euro
Japão	NIKKEI 25	+7.1%	+7.0%
Estados Unidos	S&P 500	+11.4%	+26.9%
Alemanha	DAX	+2.2%	+2.2%
Espanha	IBEX 35	+3.7%	+3.7%
França	CAC 40	-0.5%	-0.5%
Zona Euro	Eurostoxx 50	+1.2%	+1.2%
Portugal	PSI 20	-26.8%	-26.8%
Reino-Unido	FTSE	-2.7%	+4.3%
Itália	MIB	+0.9%	+0.9%
Austrália	ASX 200	+1.1%	+5.4%
China	Hang Seng	+1.3%	+15.4%
Rússia	MICEX	-7.2%	-37.6%
Brasil	BOVESPA	-2.9%	-1.8%

Dados Bloomberg 2015, moeda local / Euros

Obrigações: 2014, o ano das taxas

O desempenho das obrigações em 2014 constitui a melhor surpresa do ano. O consenso dos investidores apontava uma subida das taxas de juros, que não se verificou, nem na Europa, nem nos Estados Unidos ao contrário do que seria espetável numa economia a crescer perto de 3%. Ao nível da dívida pública Europeia, 2014 terá sido o ano da convergência entre os países “Core” e os “Periféricos”, embora com a exceção notável da Grécia. Isso foi possível graças à inédita intervenção do Banco Central Europeu: taxa de refinanciamento historicamente baixa, taxas de depósito em território negativo, operações de refinanciamento excecionais, compra de ativos bancários, até ao anúncio de um programa de “quantitative easing” iminente. Assim sendo, ao nível global, a dívida soberana europeia valorizou-se em 13.2%. As obrigações Corporate, tanto Investment Grade que High Yield também registaram um desempenho muito positivo.

YIELDS DAS OBRIGAÇÕES DO TESOURO A 10 ANOS

	31 de Dezembro de 2013	31 de Dezembro de 2014
Estados Unidos	3.0%	2.2%
Alemanha	1.9%	0.4%
França	2.4%	0.8%
Itália	3.9%	1.9%
Espanha	4.1%	1.6%
Portugal	6.1%	2.7%
Grécia	8.4%	9.4%

Dados Bloomberg 2015

Matérias-Primas: a queda do petróleo

O elemento mais saliente do ano ao nível das matérias-primas foi indubitavelmente a forte queda do petróleo. Desde o verão até ao final de 2014, os preços do petróleo caíram praticamente 50%. Não existem elementos para antever no curto prazo uma recuperação dos níveis de preços.

Divisas: o dólar, moeda estrela de 2014

O dólar registou, em 2014, uma subida inédita face ao conjunto das moedas do G10:

- Em grande parte devido à boa saúde da economia americana, o dólar ganhou 12% face ao euro em 2014. A implementação pelo BCE de programas de luta contra o risco de deflação, e o fim do quantitative easing da Reserva Federal, aceleraram a subida. A moeda americana atingiu assim o seu nível mais alto dos últimos 8 anos face à moeda europeia.
- As divisas “commodities” (Real Brasileiro, Rublo, Coroa Norueguesa) recuaram fortemente num contexto de queda do preço do petróleo.
- Na Rússia, o efeito petróleo foi ainda agravado pelo conflito na Ucrânia, e as sanções económicas, o que levaram a uma desvalorização agravada do rublo, que atingiu mínimos recordes, tanto face ao dólar como face ao euro (100 rublos / 1 euro em 16 de Dezembro).

Conclusão

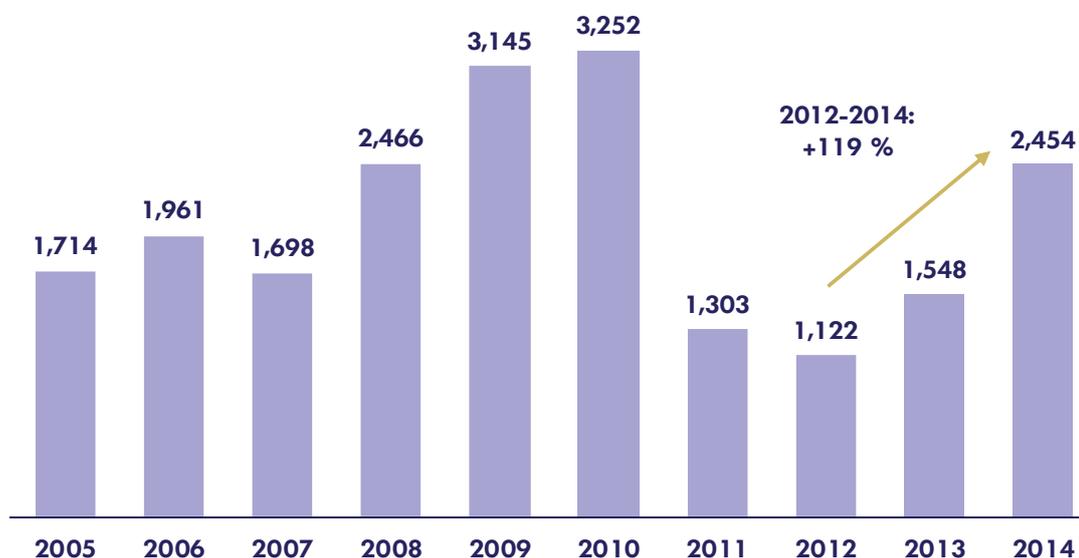
O ano de 2015 iniciou-se com mercados americanos em máximos históricos, um dólar forte, um euro fraco, e um nível de preço do petróleo muito baixo, o que deveria beneficiar a muitos sectores. A Europa tem hoje mais do que nunca uma oportunidade de reganhar um pouco do terreno perdido face aos outros blocos económicos, ultrapassando de vez as suas fraquezas estruturais e voltando as costas à crise económica.

O mercado dos Planos Poupança Reforma em

Portugal

Evolução do mercado dos Planos Poupança Reforma (PPR)

PRODUÇÃO DE PPR – RAMO VIDA – 2005-2014



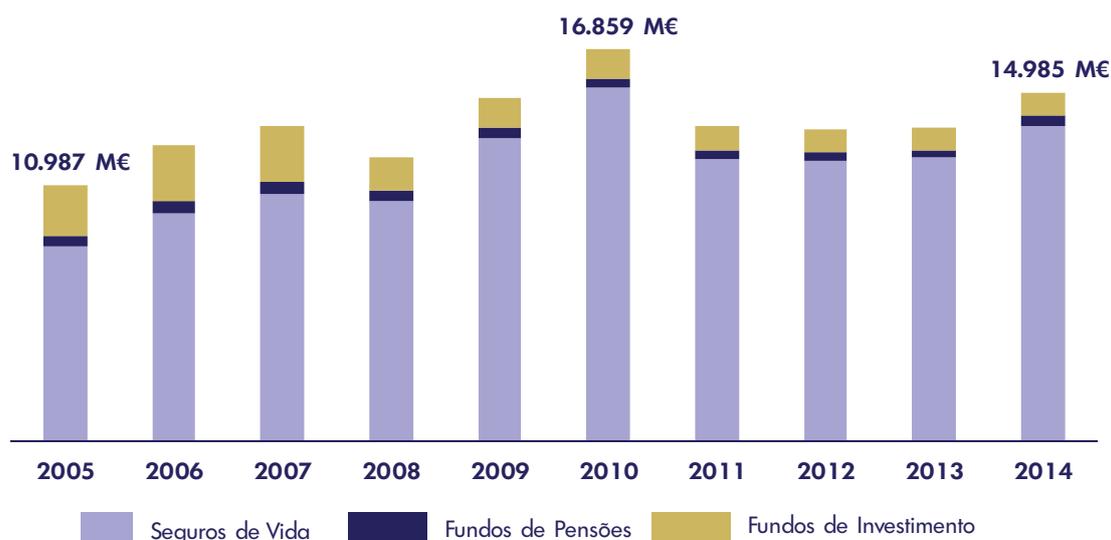
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	13 - 14
PPR - Seguro de vida	1,714,164	1,961,288	1,698,220	2,465,855	3,144,816	3,252,481	1,302,975	1,121,831	1,548,481	2,453,925	58.5%
PPR não ligado a fundos de	1,441,808	1,509,375	1,264,290	1,899,343	2,726,103	3,028,312	1,204,194	1,064,305	1,500,982	2,404,641	60.2%
PPR ligado a fundos de inve.	272,356	451,913	433,930	566,512	418,713	224,169	98,781	57,526	47,499	49,284	3.8%

Valores em 31 de Dezembro, em milhares de euros - Fonte ISP

Em 2014, a produção de Planos Poupança Reforma, no ramo vida das Seguradoras, aumentou de +58.5% face ao ano anterior, e representou 2.454 milhões de euros.

Esses resultados constituem uma nítida melhoria face aos anos anteriores. Desde 2012, ano em que a produção de PPR atingiu um mínimo de 10 anos, as entregas em PPRs de junto das Seguradoras multiplicou por mais de 2, evoluindo de 119%. No entanto, apesar desta espetacular evolução, a produção ainda não voltou ao seu nível de 2010 (3 252 milhões de euros).

ACTIVOS SOB GESTÃO EM PPR – 2005-2014



	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	13 - 14
PPR - Seguro de vida	8,341,704	9,791,156	10,641,258	10,335,809	13,010,394	15,184,240	12,146,432	12,052,302	12,148,232	13,558,246	11.6%
PPR - Fundos de pensões	445,736	484,886	487,755	403,481	419,247	407,625	348,128	353,430	365,270	421,000	15.3%
PPR - SGFIM	2,200,000	2,457,000	2,385,612	1,424,214	1,315,368	1,266,917	1,043,125	964,340	937,310	1,006,119	7.3%
Total	10,987,440	12,733,042	13,514,625	12,163,504	14,745,009	16,858,782	13,537,685	13,370,072	13,450,812	14,985,365	11.4%

Valores em 31 de Dezembro, em milhares de euros - Fonte ASF, APFIPP

Fortalecidos pelo dinamismo da produção, os ativos sob gestão cresceram de 11.4% em 2014, ou seja, um acréscimo líquido de 1.535 milhões de euros, abaixo, portanto, da produção do período (2.454 milhões de euros), em razão do fluxo de resgates e da fraqueza da rentabilidade dos PPR garantidos, os quais raramente excedem os 2%.

No total, em 2014, a soma dos ativos sob gestão em Fundos PPR e das provisões matemáticas em seguros PPR e fundos de pensões PPR atingiu 14.985 milhões de euros, dos quais 1.006 milhões em fundos de investimento.

Performances no mercado dos Planos Poupança Reforma

No ano de 2014, os fundos PPR no mercado nacional obtiveram rentabilidades significativamente positivas. Destacaram-se os fundos geridos pela Optimize Investment Partners, sempre nos primeiros lugares das suas categorias nos últimos 36 meses, em 31 de Dezembro:

PERFORMANCES DOS FUNDOS PPR EM 2014

Nome	Rendibilidade Anualizada		
	12 Meses	36 Meses	60 Meses
Nível de Risco e Remuneração - 2			
FP ESAF PPR Vintage	7.3	5.8	4.7
FIM Santander Poupança Futura FPR	4.3	5.4	2.0
FIM BPI Reforma Segura PPR	5.1	3.2	1.9
FP PPR Praemium S	0.1	1.3	0.8
Nível de Risco e Remuneração - 3			
FIM NB PPR	8.1	12.9	8.5
Optimize Capital Reforma PPR Moderado	8.3	10.0	N/A
FP PPR 5 Estrelas	7.4	8.4	4.1
FP PPR Garantia de Futuro	6.1	6.9	3.7
FP PPR Europa	4.7	6.1	3.1
FIM Millennium Poupança PPR	5.5	5.9	2.9
FIM Santander Poupança Investimento FPR	3.9	5.9	2.9
FP SGF Patr. Ref. Conservador PPR	2.0	5.8	2.2
FP SGF Patr. Ref. Prudente PPR	2.9	5.4	1.4
FP Vanguarda PPR	4.1	5.3	2.8
FP PPR SGF Garantido	2.2	5.1	4.0
FIM Barclays PPR Life Path 2015	1.8	5.1	2.1
FP BPI Vida - PPR	4.4	4.8	1.7
FP PPR BNU Vanguarda	3.8	4.8	2.3
FIM BPI Reforma Investim. PPR	3.9	4.4	2.6
FIM Barclays PPR Life Path Income	4.9	3.9	2.1
FP BBVA Solidez PPR	3.2	3.6	2.6
Nível de Risco e Remuneração - 4			
Optimize Capital Reforma PPR Acções	7.0	9.5	3.5
FP PPR Platinum	6.0	8.6	3.9
FP PPR Geração Activa	6.1	8.5	4.0
Optimize Capital Reforma PPR Equilibrado	4.9	8.4	3.8
FIM Millennium Investimento PPR Acções	4.0	7.6	3.2
FIM Barclays PPR Acções Life Path 2025	3.0	6.8	4.0
FP PPR Praemium V	3.3	6.6	2.7
FP CVI PPR	3.5	5.6	2.8
FP SGF Patr. Ref. Equilibrado PPR	0.9	5.0	0.2
FP PPR BBVA	2.4	4.7	2.0
FIM BPI Reforma Acções PPR	3.9	4.2	1.5
FP SGF Pat. Ref. Acções PPR	1.9	3.8	-1.4
FP PPR BIG Taxa Plus	16.5	N/A	N/A
FIM Barclays PPR Acções Life Path 2020	2.1	N/A	N/A
FP PPR BIG ALPHA	7.5	N/A	N/A
Nível de Risco e Remuneração - 5			
FP PPR SGF Acções Dinâmico	3.0	6.2	2.3
FP Poupança Reforma PPR BBVA Acções	2.4	7.0	3.1

Source: APFIPP e Optimize Investment Partners

Perspetivas para o mercado dos Planos Poupança Reforma

A Optimize Investment Partners mantém a opinião que, com o aumento da pressão fiscal em Portugal, os aforradores vão procurar cada vez mais novos meios de optimização. O regime favorável da fiscalidade dos Planos Poupança Reforma em comparação com as outras soluções de poupança será um argumento de peso em favor do desenvolvimento da produção em 2015 e nos próximos anos. Tal evolução foi já comprovado pela subida da produção nos anos de 2013 e 2014, ou seja, desde a alteração significativa dos princípios de tributação das mais-valias em Portugal, na sequência da intervenção da Troika em Portugal.

EVOLUÇÃO DA FISCALIDADE DA POUPANÇA EM PORTUGAL 2006-2015

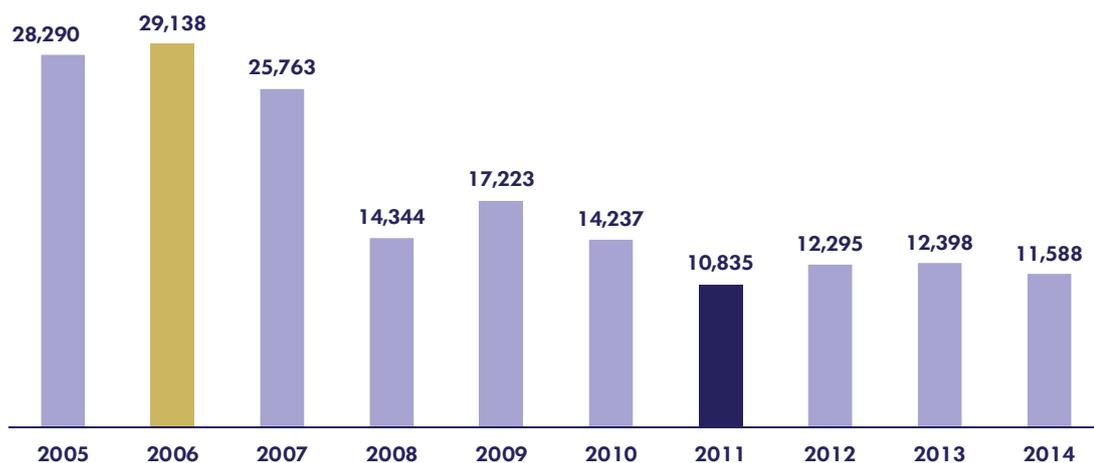
Taxa de Tributação dos Rendimentos e Mais-Valias	2006	2015
Mais-valias de ações detidas mais de 12 meses	0,0%	28,0%
Mais-valias de ações detidas menos de 12 meses	10,0 %	28,0%
Dividendos	20,0 %	28,0%
Juros	20,0 %	28,0%
Mais-valias de PPR após 8 anos com motivo legal de resgate	8,0 %	8,0 %
Mais-valias de PPR detidos mais de 8 anos fora de motivo legal	8,0 %	8,6 %

O mercado dos Fundos de Investimento Mobiliário em Portugal

No ano de 2014, o mercado Português dos Fundos de Investimento Mobiliário registou uma diminuição do valor dos ativos sob gestão (-6.5%), ao invés dos 2 anos anteriores, em grande parte pelo efeito da falência do Banco Espírito Santo que motivou a saída de mais de 1.000 milhões da ESAF, sociedade gestora do grupo.

O mercado Português dos Fundos de Investimento Mobiliário ainda não conseguiu ultrapassar a era de morosidade que se instalou em 2011 após vários anos de declínio quase contínuo.

FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO – 2005-2014



	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Gestão de Fundos de Investimento Mobiliário										
OICVM	26,560	26,096	21,986	10,535	11,653	8,759	6,018	6,001	7,406	8,226
Fundos Alternativos	1,730	3,042	3,777	3,809	5,570	5,478	4,818	6,294	4,991	3,362
Total	28,290	29,138	25,763	14,344	17,223	14,237	10,835	12,295	12,398	11,588

Valores em 31 de Dezembro, em milhões de euros - Fonte CMVM

Perspetivas para o mercado dos Fundos de Investimento

A particularidade dos Fundos de Investimento de direito Português consiste nomeadamente na sua fiscalidade desfavorável ao desenvolvimento internacional, sendo os fundos tributados na fonte à taxa portuguesa em vigor, ao invés da prática nos outros países, em que as performances são sempre apresentadas brutas de impostos. Essa diferença penaliza nitidamente a distribuição dos fundos Portugueses. Essa particularidade ficou ainda agravada em 2014, com a instituição de provisões por impostos, incidindo, portanto, sobre as valias potenciais, e imputadas diariamente nos fundos.

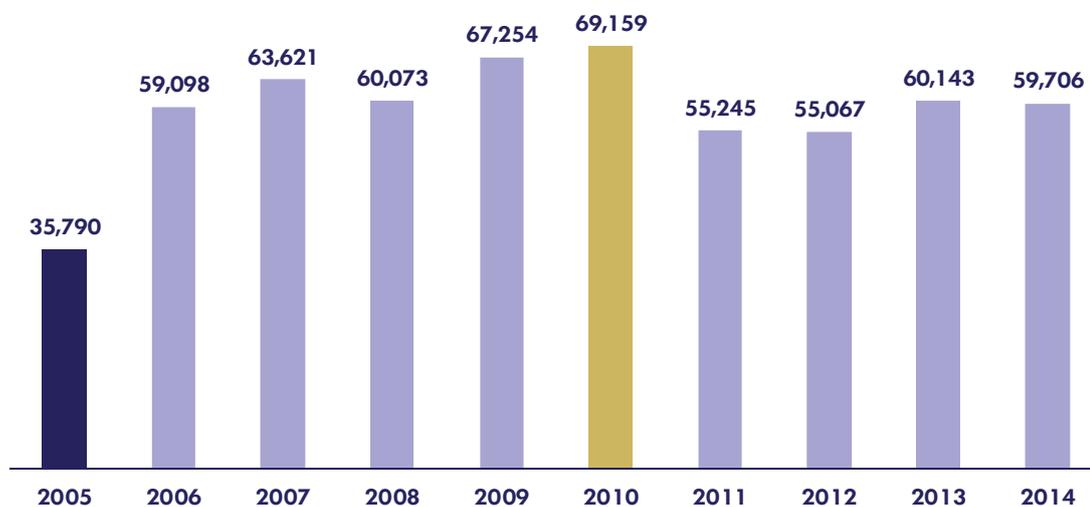
Para 2015, o governo português decidiu estabelecer um sistema próximo das práticas internacionais, e praticar a tributação sobre as valias realizadas aquando da venda das unidades de participação. Essa evolução deveria instaurar um terreno mais competitivo para a indústria dos fundos portugueses, para captar clientes estrangeiros, como sobretudo no mercado interno, as performances dos fundos nacionais e internacionais passando a ser comparáveis.

O mercado da Gestão de Patrimónios em Portugal

Em 2014, os ativos sob gestão por conta de outrem (gestão individual) estagnaram relativamente ao ano anterior, em ligeira diminuição, de -0.7% entre Dezembro de 2013 e Dezembro de 2014.

A indústria da Gestão de Patrimónios em Portugal ainda não conseguiu recuperar os seus níveis de 2010, ano de recorde absoluto.

GESTÃO POR CONTA DE OUTREM – 2005-2014



Valores em 31 de Dezembro, em milhões de euros - Fonte CMVM e projeções Optimize Investment Partners

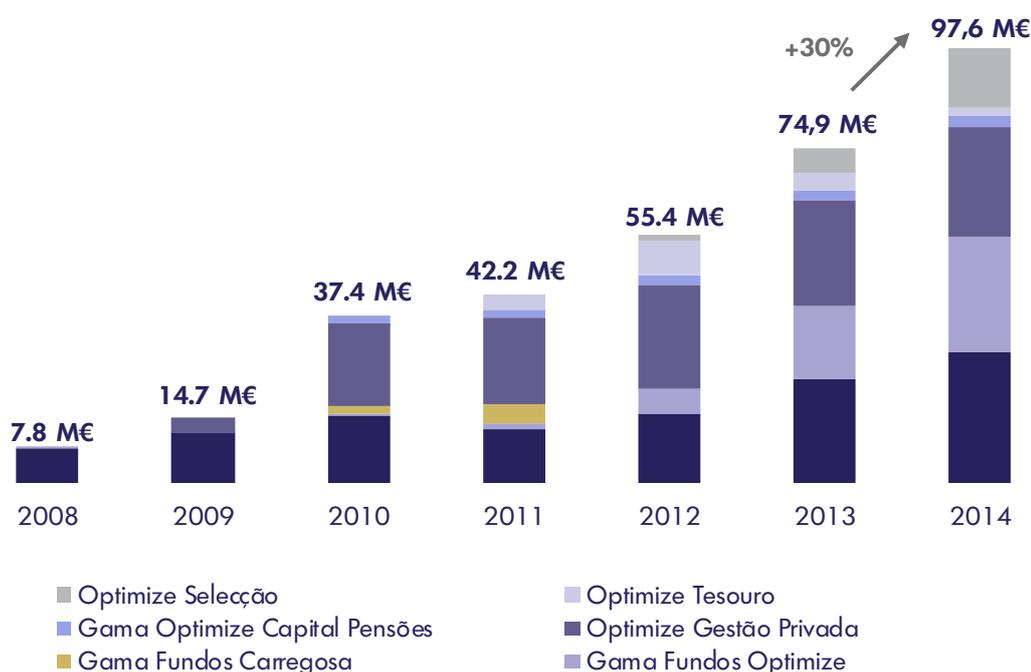
1.2 Aspetos mais salientes da atividade em 2014

Desenvolvimento da atividade

Evolução dos ativos geridos

Em 2014, os ativos geridos pela Optimize Investment Partners registaram uma evolução de +30%, subindo de 74.9M€ em 31 de Dezembro de 2013 para 97.6M€ em 31 de Dezembro de 2014.

ACTIVOS SOB GESTÃO – 2008-2014



	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Gestão de Fundos de Investimento Mobiliário							
Gama Optimize Capital Reforma PPR	7,817,902	11,110,961	14,942,154	12,146,432	15,347,795	23,403,678	29,170,920
Gama Fundos Optimize	12,639	82,907	635,080	1,022,526	5,538,763	16,032,363	26,132,371
Gama Fundos Carregosa	0	0	1,487,000	4,274,739	0	0	0
Total	7,830,541	11,193,868	17,064,234	17,443,697	20,886,557	39,436,041	55,303,290
Gestão de Patrimónios							
Optimize Gestão Privada	0	3,491,365	18,536,864	19,534,749	23,391,970	23,810,670	24,373,759
Gama Optimize Capital Pensões	0	0	1,818,788	1,784,290	2,200,582	2,379,558	2,862,947
Optimize Tesouro	0	0	0	3,418,295	7,689,299	3,758,053	1,655,147
Optimize Seleção	0	0	0	0	1,257,813	5,471,550	13,448,521
Total	0	3,491,365	20,355,652	24,737,334	34,539,664	35,419,830	42,340,374
Total	7,830,541	14,685,233	37,419,886	42,181,031	55,426,221	74,855,871	97,643,665

Valores em 31 de Dezembro, em euros – Fonte Optimize Investment Partners

Relativamente ao Plano de Atividade 2014-2018 apresentado em Assembleia Geral no ano passado, o objetivo de ativos sob gestão não foi atingido em 31 de Dezembro de 2014 (-3.2%), embora tenha sido atingido já nos primeiros dias de Janeiro de 2015.

ACTIVOS SOB GESTÃO 2014 – PREVISIONAL E REAL

	31 de Dezembro de 2014	Plan	Δ
Fundos			
Optimize Capital Reforma PPR	29,170,920	34,463,778	-15.4%
Fundos Optimize	26,132,371	27,262,711	-4.1%
Fundos Carregosa	0	0	-
Total	55,303,290	61,726,489	-10.4%
Gestão de Patrimónios			
Optimize Gestão Privada	24,373,759	26,001,203	-6.3%
Optimize Capital Pensões	2,862,947	2,498,535	14.6%
Optimize Tesouro	1,655,147	1,879,026	-11.9%
Optimize Selecção	13,448,521	8,745,127	53.8%
Total	42,340,374	39,123,891	8.2%
Total	97,643,665	100,850,380	-3.2%

Valores em 31 de Dezembro, em euros

Performance dos fundos

TABELA DE PERFORMANCE DOS FUNDOS GERIDOS PELA OPTIMIZE INVESTMENT PARTNERS EM 2014

Fundo	Performance 2014	Desde Início Por ano	Início de Atividade
Optimize Capital Reforma PPR Acções	+ 7.0 %	+ 6.1 %	25-09-2008
Optimize Capital Reforma PPR Equilibrado	+ 6.3 %	+ 7.7 %	25-09-2008
Optimize Capital reforma PPR Moderado	+ 8.3 %	+ 6.3 %	19-08-2010
Optimize Investimento Activo	+ 2.8 %	+ 6.7 %	24-11-2008
Optimize Europa Valor	+ 1.0 %	+ 5.7 %	31-12-2010
Optimize Europa Obrigações	+ 10.3 %	+ 11.5 %	01-07-2013

Em 2014, todos os fundos geridos pela Optimize Investment Partners obtiveram rentabilidades positivas. Todos registaram ainda muito boas performances desde a sua criação.

Os fundos Optimize Capital Reforma PPR Moderado, Optimize Capital Reforma PPR Acções e Optimize Investimento Activo foram distinguidos por 5 estrelas na Morningstar em Janeiro de 2015.

Os fundos Optimize Capital Reforma PPR Moderado e Optimize Capital Reforma PPR Acções foram eleitos Escolha Acertada pela Deco / Proteste Investe.

Salienta-se ainda que os fundos PPR geridos pela Optimize Investment Partners ocupam os primeiros lugares pelas performances nas suas respetivas categorias, no mercado (ver página 10 do presente relatório).

Evolução da Produção

No ano de 2014 o net inflow atingiu 14.876.136€, representando uma melhoria significativa (+37.9%) face ao ano anterior.

A produção líquida foi liderada pelas gamas Optimize Seleção (+6.981.936€), os 3 Fundos da Gama Optimize (+6.894.795€) e a gama Optimize Capital Reforma PPR (+4.367.688€).

Salientamos que, em 2014, foi alcançado um novo recorde em termos de produção para os fundos Optimize e PPR, com um total líquido de 11.262.482€.

PRODUÇÃO LÍQUIDA E ILÍQUIDA 2008-2014

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Fundos							
Gama Optimize Capital Reforma PPR	7,801,114	2,111,440	3,290,049	-1,242,591	1,640,733	6,658,497	4,367,688
	<i>7,831,114</i>	<i>2,192,382</i>	<i>4,580,586</i>	<i>2,374,791</i>	<i>3,404,808</i>	<i>8,174,679</i>	<i>7,186,039</i>
Gama Fundos Optimize	13,150	68,382	523,752	624,990	883,951	3,869,099	6,894,795
	<i>13,150</i>	<i>68,382</i>	<i>553,524</i>	<i>1,010,847</i>	<i>1,211,854</i>	<i>4,263,445</i>	<i>8,402,514</i>
Gama Fundos Carregosa			1,487,000	3,476,811	-3,376,874	0	0
			<i>1,487,000</i>	<i>4,518,167</i>	<i>180,000</i>	<i>0</i>	<i>0</i>
Total	7,814,264	2,179,822	5,300,801	2,859,210	-852,190	10,527,596	11,262,482
	<i>7,844,264</i>	<i>2,260,764</i>	<i>6,621,110</i>	<i>7,903,805</i>	<i>4,796,662</i>	<i>12,438,124</i>	<i>15,588,554</i>
Gestão de Patrimónios							
Optimize Gestão Privada		3,246,835	15,882,607	2,026,353	267,477	299,656	-1,350,365
		<i>3,286,755</i>	<i>26,516,528</i>	<i>9,463,522</i>	<i>16,669,336</i>	<i>4,954,677</i>	<i>4,009,359</i>
Gama Optimize Capital Pensões			1,822,584	54,811	38,709	1,336	278,780
			<i>1,822,584</i>	<i>148,394</i>	<i>113,157</i>	<i>96,186</i>	<i>610,708</i>
Optimize Tesouro				3,272,650	3,339,278	-3,945,561	-2,296,697
				<i>3,293,920</i>	<i>5,664,572</i>	<i>1,683,517</i>	<i>359,131</i>
Optimize Seleccõ					1,240,276	3,903,801	6,981,936
					<i>1,240,584</i>	<i>4,068,433</i>	<i>7,333,986</i>
Total	0	3,246,835	17,705,191	5,353,814	4,885,740	259,232	3,613,654
	<i>0</i>	<i>3,286,755</i>	<i>28,339,112</i>	<i>12,905,836</i>	<i>23,687,649</i>	<i>10,802,813</i>	<i>12,313,184</i>
Total							
	7,814,264	5,426,657	23,005,992	8,213,024	4,033,550	10,786,828	14,876,136
	<i>7,844,264</i>	<i>5,547,519</i>	<i>34,960,222</i>	<i>20,809,641</i>	<i>28,484,311</i>	<i>23,240,937</i>	<i>27,901,737</i>

Valores em 31 de Dezembro, em euros. Valores Líquidos. Valores ilíquidos em itálicos.

Perspetivas para 2015

Em 2015, a Optimize Investment Partners entende recentrar o seu desenvolvimento sobre a sua atividade-core, ou seja, a gestão de fundos de investimento mobiliário, através de duas iniciativas:

- A transformação em fundos de investimento das estratégias de investimento com volumes de ativos sob gestão mais significativos, nomeadamente as três estratégias das contas Optimize Gestão Privada – Seleção
- A apresentação junto da CMVM de um pedido de autorização pela atividade de depósito de unidades de participação da própria sociedade Optimize Investment Partners, de forma a limitar a comercialização das mesmas junto dos particulares através de contratos de gestão privada.

1.3 Contas 2014

Resultados do exercício

A Optimize Investimento SGPS, SA realizou em 2014 um Produto Bancário de 2.970,66€, e um resultado líquido de **-446,90€**, que se deve no essencial à prestação de serviços intra-grupo.

Síntese da Demonstração de resultado a 31 de Dezembro de 2014

	2014	2013
Juros e encargos similares	0,00 €	25,00 €
Margem Financeira	0,00 €	-25,00 €
Encargos com serviços e comissões	-67,50 €	-124,40 €
Outros resultados de exploração	3.038,16 €	5.080,59 €
Produto bancário	2.970,66 €	4.931,19 €
Gastos gerais administrativos	-3.379,40 €	-4.505,24 €
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	0,00 €	0,00 €
Resultado antes de impostos	-408,74 €	425,95 €
Impostos	38,16 €	85,35 €
Resultado após impostos	-446,90 €	340,60 €

Tesouraria em 31 de Dezembro de 2014

A empresa dispunha no final de 2014 de uma tesouraria de **991,12 €**.

	2014	2013
Depósitos à ordem	991,12 €	2.182,27 €
BPI	991,12 €	2.182,27 €

Perspetivas futuras

Não se perspetivam para 2015 alterações significativa na atividade da sociedade, que irá manter um nível de despesa residual, e deverá manter inalteradas as suas participações financeiras.

Aplicação dos Resultados

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício, **-446,90€**, seja aplicado aos Resultados Transitados.

1.4 Conclusões

Após o termo do exercício de 31 de Dezembro de 2014, e até à presente data, não ocorreu nenhum facto relevante que altere a situação patrimonial da Sociedade.

Ao abrigo do Decreto-Lei 411/91 de 17 de Outubro, informa-se que à data de 31 de Dezembro de 2014 não existia qualquer dívida para com a Segurança Social. Para o efeito dos Artigos 289º, 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais, ver o anexo ao presente Relatório.

Lisboa, 16 de Março de 2015

Pela Administração

| 2 Demonstrações Financeiras

2.1 Balanço em 31 de Dezembro de 2014 – Ativo

					EUR	
					2014	2013
Ativo	Notas	Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido		
		1	2	3 = 1 - 2		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		0.00		0.00	0.00	
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1	991.12		991.12	2,182.27	
Ativos financeiros detidos para negociação		0.00		0.00	0.00	
Outros ativos financeiros ao justo valor através de result.		0.00		0.00	0.00	
Ativos financeiros disponíveis para venda		0.00		0.00	0.00	
Aplicações em instituições de crédito		0.00		0.00	0.00	
Crédito a clientes		0.00		0.00	0.00	
Investimentos detidos até à maturidade		0.00		0.00	0.00	
Ativos com acordo de recompra		0.00		0.00	0.00	
Derivados de cobertura		0.00		0.00	0.00	
Ativos não correntes detidos para venda		0.00		0.00	0.00	
Propriedades de investimento		0.00		0.00	0.00	
Outros ativos tangíveis		0.00		0.00	0.00	
Ativos intangíveis		0.00		0.00	0.00	
Investimentos em associadas e filiais	2	923,393.79		923,393.79	923,393.79	
Ativos por impostos correntes	3	69.00		69.00	0.00	
Ativos por impostos diferidos		0.00		0.00	0.00	
Outros ativos	4	4,439.95		4,439.95	4,000.00	
Total de Ativo		928,893.86		928,893.86	929,576.06	

2.2 Balanço em 31 de Dezembro de 2014 – Passivo e Capital

	Notas	2014	2013
EUR			
Passivo			
Recursos de bancos centrais		0.00	0.00
Passivos financeiros detidos para negociação		0.00	0.00
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados		0.00	0.00
Recursos de outras instituições de crédito		0.00	0.00
Recursos de clientes e outros empréstimos		0.00	0.00
Responsabilidades representadas por títulos		0.00	0.00
Passivos financeiros associados a ativos transferidos		0.00	0.00
Derivados de cobertura		0.00	0.00
Passivos não correntes detidos para venda		0.00	0.00
Provisões		0.00	0.00
Passivos por impostos correntes		0.00	0.00
Passivos por impostos diferidos		0.00	0.00
Instrumentos representativos de capital		0.00	0.00
Outros passivos subordinados		0.00	0.00
Outros passivos	5	972.85	1,208.15
Total de Passivo		972.85	1,208.15
Capital			
Capital	6	898,760.00	898,760.00
Prémios de emissão	7	29,301.37	29,267.31
Outros instrumentos de capital		0.00	0.00
Acções próprias		0.00	0.00
Reservas de reavaliação		0.00	0.00
Outras reservas e resultados transitados		306.54	0.00
Resultado do exercício		-446.90	340.60
Dividendos antecipados		0.00	0.00
Total de Capital		927,921.01	928,367.91
Total de Passivo e Capital		928,893.86	929,576.06

2.3 Demonstração de Resultado em 31 de Dezembro de 2014

		EUR	
	Notas	2014	2013
Juros e rendimentos similares		0.00	0.00
Juros e encargos similares	8	0.00	25.00
Margem financeira		0.00	-25.00
Rendimentos de instrumentos de capital		0.00	0.00
Rendimentos de serviços e comissões		0.00	0.00
Encargos com serviços e comissões		67.50	124.40
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor		0.00	0.00
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda		0.00	0.00
Resultados de reavaliação cambial		0.00	0.00
Resultados de alienação de outros activos		0.00	0.00
Outros resultados de exploração	9	3,038.16	5,080.59
Produto bancário		2,970.66	4,931.19
Custos com pessoal		0.00	0.00
Gastos gerais administrativos	10	3,379.40	4,505.24
Amortizações do exercício		0.00	0.00
Provisões líquidas de reposições e anulações		0.00	0.00
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e a receber de outros devedores		0.00	0.00
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações		0.00	0.00
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		-408.74	425.95
Impostos			
Correntes		38.16	85.35
Diferidos		0.00	0.00
Resultado após impostos		-446.90	340.60
Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas		0.00	0.00

2.4 Demonstração de Rendimento Integral

EUR

Rúbricas	31/12/2014	31/12/2013
Resultado do período	-446.90	340.60
Ganhos/Perdas líquidas em títulos disponíveis para venda	0.00	0.00
Imposto Diferido	0.00	0.00
Ganhos/Perdas líquidas em diferenças cambiais	0.00	0.00
Total do rendimento integral do período líquido de impostos	-446.90	340.60

2.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2014	2013
FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Juros recebidos	-	-
Comissões recebidas	-	-
Pagamento de juros	-	-
Pagamento de comissões	- 83.03	- 241.10
Pagamentos a empregados	-	-
Pagamentos a fornecedores	- 3,748.80	- 10,116.75
Pagamentos ao Estado e Seg. Social	- 2,119.32	- 2,191.29
Outros recebimentos relativos à atividade operacional	4,920.00	548,841.60
Outros pagamentos relativos à atividade operacional	- 160.00	- 1,079,196.01
Pagamentos e recebimentos de impostos sobre lucros	-	-
	- 1,191.15	- 542,903.55
FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos respeitando a:		
Venda de ativos financeiros		
Venda de ativos tangíveis e intangíveis		
Juros e proveitos similares		
Dividendos		
Pagamentos respeitando a:		
Aquisição de ativos financeiros		
Aquisição de ativos tangíveis e intangíveis		
Juros e proveitos similares		
Dividendos		
	-	-
FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos respeitando a:		
Empréstimos obtidos		
Aumentos de capital, prestações e prémios de emissão	-	545,000.00
Subsídios de doações		
Vendas de acções próprias		
Cobertura de prejuízos		
Pagamentos respeitando a:		
Empréstimos obtidos		
Amortizações de contratos de locação financeira		
Juros e custos similares		
Dividendos		
Reduções de capital e prestações suplementares		
Aquisições de acções próprias		
	0.00	545,000.00
VARIAÇÃO LÍQUIDA EM CAIXA E SEUS EQUIVALENTES	-1,191.15	2,096.45
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO	2,182.27	85.82
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	991.12	2,182.27

2.6 Demonstração de Alterações no Capital Próprio em 31 de Dezembro de 2014

	Capital	Prémios de emissão	Reservas legais	Reservas de reavaliação	Acções próprias	Resultados transitados	Resultados do exercício	Capitais próprios
Saldos em 31/12/2012	353,760.00	1,025,592.00	0.00	0.00	0.00	-370,286.02	-626,038.67	383,027.31
Incorporação em reservas do resultado líquido de 2012						-626,038.67	626,038.67	0.00
Correcção ao resultado de 2011								
Aumento de capital social	545,000.00							545,000.00
Aquisição de acções próprias		-996,324.69				996,324.69		
Reavaliação de ativos disponíveis para venda								
Resultado líquido de 2013							340.60	340.60
Outros itens								
Saldos em 31/12/2013	898,760.00	29,267.31	0.00	0.00	0.00	0.00	340.60	928,367.91
Incorporação em reservas do resultado líquido de 2013			34.06			306.54	-340.60	-34.06
Correcção ao resultado de 2012								
Aumento de capital social								
Aquisição de acções próprias								
Reavaliação de ativos disponíveis para venda								
Reserva Legal 2013								34.06
Resultado líquido de 2014							-446.90	-446.90
Outros itens								
Saldos em 31/12/2014	898,760.00	29,267.31	34.06	0.00	0.00	306.54	-446.90	927,921.01

| 3 Anexos

3.1 Anexo ao Relatório de Gestão

Relação dos membros dos Órgãos Sociais

Conforme o estipulado no Art. 289º do Código das Sociedades Comerciais:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	António Ahrens Esteves
Secretário	Maria Teresa Torres

Conselho de Administração

Presidente	José António Santos Teixeira
Administradores	Diogo Pereira Santos Teixeira Claire Teixeira Ricardo Manuel Cabral Eugénio Palomino Rabanal

Fiscal Único

Fiscal Único	BDO & Associados - SROC, Lda. representada por Pedro Manuel Aleixo Dias
Suplente do Fiscal Único	Gonçalo Raposo da Cruz, ROC

Informação sobre a participação no capital social dos membros dos Órgãos de Administração e fiscalização

Membro do Conselho de Administração	Ações detidas em 31/12/2013	Movimento em 2014	Ações detidas em 31/12/2014
José Santos Teixeira	0	0	0
Diogo Santos Teixeira	0	0	0
Claire Moulard Teixeira	0	0	0
Ricardo Manuel Cabral	8.893	0	8.893
Eugénio Palomino Rabanal	1.482	0	1.482

Informação sobre as participações de acionistas no capital da sociedade

Em 31 de Dezembro de 2014, nos termos do Artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais, a estrutura acionista da sociedade é a seguinte:

Acionista	Ações	% do Capital
JCD Invest SGPS, Lda	64.955	72,3%
Ricardo Cabral	8.893	9,9%
Financière de l'Intendance EURL	5.929	6,6%
SCP CDCMT	1.887	2,1%
António Esteves	1.482	1,6%
Tiago de Matos	1.482	1,6%
Eugénio Palomino	1.482	1,6%
Marc Renaud	1.076	1,2%
Acofi Participations SARL	1.076	1,2%
SPAC - Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil	538	0,6%
Teresa Torres	538	0,6%
Vista Aerea - Empreendimento Imobiliarios, S.A.	538	0,6%
	89.876	100%

3.2 Anexo ao Balanço e Outras Demonstrações Financeiras

(Valores expressos em euros)

Nota introdutória

A Optimize Investimento, SGPS, SA foi constituída em 19 de Março de 2007, tendo como principal actividade a gestão de participações sociais noutras sociedades como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

A Sociedade é a empresa mãe do Grupo Optimize, o qual em 31 de Dezembro de 2014 é constituído por:

- Optimize Investment Partners SGFIM SA, detida a 100% pela Optimize Investimento SGPS SA e com um capital social de 450.771,71€
- Optimize Mediação de Seguros Lda, detida a 100% pela Optimize Investimento SGPS SA e com um capital social de 10.000,00€

A Sociedade está registada, enquanto Instituição Financeira, sob o nº de registo 1003 no Banco de Portugal.

Bases de preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da sociedade, mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), estabelecidas pelo Banco de Portugal no Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, alterado pelo Aviso 13/2005 e das Instruções nº 23/2004, nº 9/2005 e nº 33/2005, alteradas pela Instrução 28/2009 do Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe é conferida pelo nº 1 do Artigo 115º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92 de 31 de Dezembro.

Alterações de políticas contabilísticas

Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício de 2014 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

Novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício de 2014

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), verificaram-se emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2014, as quais não tiveram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

a) Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros estão valorizados ao custo de aquisição custo de aquisição ajustado após reduções de capital.

b) Especialização de exercícios

A sociedade regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

c) Impostos sobre lucros

A sociedade está sujeita ao regime geral de tributação previsto no Código do IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos ao lucro tributável resultantes de custos ou proveitos não aceites fiscalmente bem como devido a tributações autónomas existentes no quadro legal.

d) Impostos Diferidos

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base anual, utilizando as taxas de tributação que se antecipam estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data do balanço. Os passivos por impostos diferidos são sempre registados. Os ativos por impostos diferidos apenas são registados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam o seu aproveitamento.

O valor total de prejuízos fiscais da Optimize Investimento SGPS (724.640,31€) não deram lugar ao reconhecimento do respetivo imposto diferido ativo porque não ser expectável auferir nos próximos exercícios de lucros suficientes para o aproveitamento desses impostos diferidos.

f) Acontecimentos supervenientes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam á data do balanço, são refletidos nas demonstrações financeiras da sociedade. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram a pós a data do mesmo, quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

Disponibilidades em instituições de crédito (Nota 1)

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Depósitos à Ordem	991.12	2,182.27
BBVA	0.00	0.00
BPI	991.12	2,182.27

Investimentos em associadas e filiais (Nota 2)

Os investimentos em associadas e filiais da sociedade são representados pelas seguintes rubricas:

	2014	2013
Investimentos em associadas e filiais	923,393.79	923,393.79
Optimize Investment Partners, SGFIM, SA	913,393.79	913,393.79
Optimize Mediação de Seguros, Unipessoal,Lda	10,000.00	10,000.00

Outros ativos (Nota 3)

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Investimentos em associadas e filiais	69.00	0.00
IRC a recuperar	69.00	0.00

Outros passivos (Nota 4)

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Outros ativos	4,439.95	4,000.00
Setor público administrativo	4,000.00	4,000.00
<i>IRC - PEC</i>	<i>4,000.00</i>	<i>4,000.00</i>
Despesas com encargo diferido	136.35	0.00
<i>Outras despesas com encargo diferido</i>	<i>136.35</i>	<i>0.00</i>
Devedores diversos	0.00	0.00
<i>Optimize Investment Partners</i>	<i>0.00</i>	<i>0.00</i>
<i>Optimize Mediação de Seguros</i>	<i>0.00</i>	<i>0.00</i>
Outras contas de regularização	303.60	0.00
<i>IVA a receber</i>	<i>303.60</i>	<i>0.00</i>

Outros Passivos (Nota 5)

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Outros passivos	972.85	1,208.15
Credores por fornecimento de bens	676.50	676.50
Outros Credores	148.75	160.00
Empresas do grupo	0.00	0.00
Outros credores	148.75	160.00
Encargos a pagar	147.60	147.60
<i>Outros encargos a pagar</i>	147.60	147.60
Outras contas de regularização	0.00	224.05
<i>IVA a pagar</i>	0.00	224.05

Capital (Nota 6)

O capital social é constituído por 89.876 ações ordinárias nominativas com valor nominal de 10 Euros cada, perfazendo assim um capital de 898.760 euros totalmente realizado em dinheiro.

Prémio de emissão (Nota 7)

A reserva prémios de emissão resultou do aumento de capital realizado no ano de 2007 o qual foi efetuado com um prémio de emissão de 1.025.592 €, e da transferência, em 2013, do Resultado do exercício 2012, -626.038,67€, juntamente com os resultados transitados -370.286,02, para a conta de Prémios de Emissão.

Juros e Rendimentos similares (Nota 8)

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Juros e rendimentos similares e juros e encargos similares	0.00	-25.00
Juros e rendimentos similares	0.00	0.00
<i>Juros de disponibilidades em Instituições Financeiras</i>	0.00	0.00
<i>Juros de activos financeiros disponíveis para venda</i>	0.00	0.00
Outros juros e encargos similares	0.00	25.00

Outros Resultados de Exploração (Nota 9)

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Outros resultados de exploração	3,038.16	5,080.59
Outros encargos e gastos operacionais	-961.84	-914.65
Imposto selo e outros impostos	0.00	-4.76
Outros rendimentos e receitas operacionais	4,000.00	6,000.00
<i>Outros - prestação de serviços intra-grupo</i>	4,000.00	6,000.00

Gastos Gerais Administrativos (Nota 10)

	2014	2013
Gastos Gerais Administrativos	3,379.40	4,505.24
Gastos gerais com Serviços	3,379.40	4,505.24
<i>Com fornecimentos</i>	0.00	15.85
<i>Material de expediente diverso</i>	0.00	15.85
<i>Comunicações</i>	472.40	570.00
<i>Serviços especializados</i>	2,907.00	3,919.39
<i>Outras Avenças</i>	2,650.00	3,412.00
<i>Judiciais, contencioso, notariado e outros honorários</i>	257.00	507.39
<i>Outros serviços</i>	0.00	0.00

Os honorários faturados durante o exercício pela sociedade de revisores oficiais de contas foram de €2.706,00€.

Volume de emprego

O número médio de pessoas ao serviço desta empresa neste exercício foi de 0.

Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado e amortizações e ajustamentos

Não ocorreram movimentos nesta rubrica durante o exercício.

Participações de capital

Empresas do Grupo	Capital Social	Valor de Aquisição	Fracção %	Resultado em 2014	Cap. Próprios em 31.12.2014
OPTIMIZE – Mediação de Seguros Unipessoal, Lda					
Av. F. Pereira de Melo, nº21 4º, Lisboa	10,000.00 €	10,000.00 €	100%	2,395.30 €	21,523.64 €
Optimize Investment Partners SGFIM SA					
Av. F. Pereira de Melo, nº21 4º, Lisboa	450,771.71 €	1,000,000.00 €	100%	201,195.56 €	782,762.33 €

Forma como se realizou o Capital Social

O capital social de 898.760 Euros foi integralmente realizado em dinheiro.

Número de ações de cada categoria em que se divide o capital da empresa e o seu valor nominal

O capital social da empresa no valor de 898.760 Euros está representado por 89.876 ações ordinárias nominativas com valor nominal de 10 Euros cada.

Participação no capital subscrito de cada uma das pessoas coletivas que nele detenham pelo menos 20%

A sociedade JCD Invest, SGPS, Lda, contribuinte 508 002 052, com sede em Lisboa, na Avenida Fontes Pereira de Melo, 21, 4º, detém 64.955 acções do capital da Optimize Investimento SGPS, SA a que corresponde uma participação de 72,3%.

Riscos da sociedade

Dado a sociedade não ter atividade operacional própria, o principal risco considerado como material reside no risco de desvalorização das participações financeiras da sociedade em outras empresas.

Saldos e transações entre entidades do grupo

Entidade Relacionada	Optimize Mediação de Seguros	Optimize Investment Partners
Saldo Final a 31 de Dezembro de 2013	0.00	0.00
Saldo Final a 31 de Dezembro de 2014	0.00	0.00

Notas e interpretações aplicáveis ao exercício de 2014

Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir 01 de Janeiro de 2014:

- Adoção da IFRS 10 Demonstrações financeiras consolidadas, da IFRS 11 Acordos conjuntos e da IFRS 12 Divulgação de interesses noutras entidades, bem como das versões alteradas da IAS 27 Demonstrações financeiras separadas e da IAS 28 Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos (Regulamento n.º 1254/2012, de 11 de dezembro): O objetivo da IFRS 10 é fornecer um modelo de consolidação único, que identifica a relação de controlo como base para a consolidação de todos os tipos de entidades. A IFRS 10 substitui a IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas e a SIC 12 Consolidação — Entidades com finalidade especial. A IFRS 11 estabelece princípios para o relato financeiro pelas partes em acordos conjuntos e substitui a IAS 31 Interesses em empreendimentos conjuntos e a SIC 13 Entidades conjuntamente controladas – Contribuições não monetárias por empreendedores. A IFRS 12 combina, reforça e substitui os requisitos de divulgação para as filiais, acordos conjuntos, associadas e entidades estruturadas não consolidadas. Em consequência destas novas IFRS, foi também emitida uma versão alterada da IAS 27 e da IAS 28.
- Emendas à IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas, à IFRS 11 Acordos Conjuntos e à IFRS 12 Divulgação de Interesses Noutras Entidades (Regulamento n.º 313/2013, de 4 de abril): O objetivo das emendas consiste em clarificar a intenção do IASB quando emitiu pela primeira vez as orientações de transição relativas à IFRS 10. As emendas proporcionam também uma flexibilidade de transição suplementar relativamente à IFRS 10, à IFRS 11 e à IFRS 12, limitando o requisito de prestação de informações comparativas ajustadas apenas ao período comparativo precedente. Além disso, para as divulgações relativas a entidades estruturadas não consolidadas, as emendas suprimem a obrigação de apresentar informações comparativas para os períodos anteriores à aplicação pela primeira vez da IFRS 12.
- Alterações à IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 12 Divulgação de Interesses Noutras Entidades e IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas (Regulamento n.º 1174/2013, de 20 de novembro): A IFRS 10 é emendada a fim de refletir melhor o modelo de negócio das entidades de investimento. Exige que essas entidades mensurem as suas filiais pelo justo valor através dos resultados, em vez de procederem à respetiva consolidação. A IFRS 12 é emendada a fim de exigir uma divulgação específica sobre essas filiais das entidades de investimento. As emendas à IAS 27 eliminaram ainda a opção que era dada às entidades de investimento no sentido de mensurarem os seus investimentos em determinadas

filiais pelo custo ou pelo justo valor nas suas demonstrações financeiras separadas. As emendas à IFRS 10, à IFRS 12 e à IAS 27 implicam, por conseguinte, emendas à IFRS 1, IFRS 3, IFRS 7, IAS 7, IAS 12, IAS 24, IAS 32, IAS 34 e IAS 39, a fim de assegurar a coerência entre as normas internacionais de contabilidade.

- Alterações à IAS 36 Imparidade de ativos (Regulamento n.º 1374/2013, de 19 de dezembro): As principais alterações envolvem: (i) a remoção do requisito de divulgação da quantia recuperável das unidades geradoras de caixa relativamente às quais não foi reconhecida qualquer imparidade; (ii) introdução do requisito de divulgar informação acerca dos pressupostos-chave, técnicas de avaliação e nível aplicável da hierarquia de justo valor para qualquer ativo individual (incluindo o goodwill) ou para qualquer unidade geradora de caixa relativamente aos quais foi reconhecidas ou revertidas perdas de imparidade durante o período, e para as quais o valor recuperável consiste no justo valor menos custos de vender; (iii) introdução do requisito de divulgação das taxas de desconto que foram usadas no período corrente e em mensurações anteriores das quantias recuperáveis dos ativos em imparidade que tenham sido baseadas no justo valor menos custos de vender usando a técnica do valor presente; (iv) remoção do termo “material”, por se ter considerado desnecessária a referência explícita quando a norma faz referência aos requisitos de divulgações para os ativos (incluindo goodwill) ou unidades geradoras de caixa, para os quais uma perda ou reversão “material” de imparidade tenha sido incorrida durante o período.
- Alterações à IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração - Novação de Derivados e Continuação da Contabilidade de Cobertura (Regulamento n.º 1375/2013, de 19 de dezembro): O objetivo das alterações é o de resolver as situações em que um derivado designado como instrumento de cobertura é objeto de novação entre uma contraparte e uma contraparte central por razões legais ou regulamentares. A solução prevista permitirá a continuação da contabilidade de cobertura independentemente da novação, o que não seria permitido na ausência destas emendas.

Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor em exercícios com início em ou após 01 de Janeiro de 2015:

- Adoção da IFRIC 21 Taxas (Regulamento n.º 634/2014, de 13 de junho): Esta interpretação diz respeito à contabilização de um passivo correspondente ao pagamento de uma taxa caso esse passivo seja abrangido pela IAS 37. Diz igualmente respeito à contabilização de um passivo pelo pagamento de uma taxa cujo calendário e montante são conhecidos. Contudo, esta interpretação não diz respeito à contabilização dos custos decorrentes do reconhecimento de um passivo correspondente ao pagamento de uma taxa. As entidades deverão aplicar outras normas para determinar se o reconhecimento de um passivo correspondente ao pagamento de uma taxa dá origem a um ativo ou a uma despesa, não estando igualmente abrangidas: a) saídas de recursos abrangidas pelo âmbito de aplicação de outras normas (como por exemplo os impostos sobre o rendimento, que são do âmbito da IAS 12 Impostos sobre o rendimento); e b) coimas ou outras sanções aplicadas por infração da legislação. A interpretação esclarece que uma entidade reconhece um passivo para uma taxa quando a atividade que desencadeia pagamento ocorre, tal conforme identificada pela legislação pertinente. Para uma taxa que é desencadeada ao atingir um limiar mínimo, esta interpretação clarifica que nenhuma responsabilidade deve ser antecipada antes do limite mínimo especificado ser atingido. Uma entidade deve aplicar, no relatório financeiro

intercalar, os mesmos princípios de reconhecimento de taxas que aplica nas demonstrações financeiras anuais, sendo requerida aplicação retrospectiva.

- Melhoramentos anuais: ciclo de 2011-2013 (Regulamento n.º 1361/2014, de 19 de dezembro): Os melhoramentos incluem emendas a três normas internacionais de contabilidade, como segue:
 - IFRS 3 Concentrações de Atividades Empresariais – Exceções do âmbito para acordos conjuntos: As emendas clarificam que a IFRS 3 não se aplica à contabilização da formação de um acordo conjunto nas demonstrações financeiras do próprio acordo conjunto.
 - IFRS 13 Mensuração pelo justo valor – Âmbito do parágrafo 52 (exceção de “portfólio”): No contexto da exceção de mensuração do justo valor exposta no parágrafo 48, as emendas clarificam que as referências a ativos financeiros e passivos financeiros nos parágrafos 48-51 e 53-56 devem entender-se como aplicáveis a todos os contratos abrangidos e contabilizados de acordo com a IAS 39, quer preencham ou não as definições de ativos financeiros ou de passivos financeiros que constam da IAS 32.
 - IAS 40 Propriedades de investimento – Inter-relação IAS 40 e IFRS 13: As emendas requerem que uma entidade utilize as orientações da IAS 40 e da IFRS 3 para a contabilização da propriedade de investimento (ou negócio), não introduzindo um novo tratamento contabilístico. Estas emendas têm por objetivo clarificar que deverá ser aplicado um julgamento na determinação sobre se uma transação configura: (i) uma aquisição de um ativo (um grupo de ativos) que deverá ser contabilizada de acordo com a IAS 40, ou (ii) uma concentração de atividades que deverá ser contabilizada de acordo com a IFRS 3.
- Melhoramentos anuais: ciclo de 2010-2012 (Regulamento n.º 28/2015, de 17 de dezembro): Os melhoramentos incluem emendas a oito normas internacionais de contabilidade, como segue:
 - IFRS 2 Pagamento com Base em Ações – Definições de condições de aquisição: As emendas enaltecem a definição atual de condições de aquisição (“vesting conditions”) por meio da adição de definições separadas para condições de desempenho e para condições de aquisição. As emendas também vêm clarificar as definições dos dois tipos de condições de aquisição (vesting) e de não aquisição (non-vesting).
 - IFRS 3 Concentrações de Atividades Empresariais – Contabilização da retribuição contingente: As emendas pretendem clarificar que: (i) toda a retribuição contingente, independentemente da sua natureza, deverá ser mensurada pelo justo valor à data do reconhecimento inicial; (ii) o parágrafo 40 da IFRS 3 requer que a retribuição contingente que seja um instrumento financeiro deverá ser apresentada como capital próprio ou como passivo em conformidade com a IAS 32; e (iii) toda a retribuição contingente, independentemente da sua natureza, deverá ser subsequentemente mensurada ao justo valor através dos lucros ou prejuízos. Decorrentes das emendas à IFRS 3 são também emendadas a IAS 37, IAS 39 e IFRS 9.
 - IFRS 8 Segmentos Operacionais: As emendas vêm clarificar os requisitos de: (i) divulgação de juízos de valor dos órgãos de gestão na aplicação dos critérios de agregação de segmentos operacionais; e (ii)

apresentação de reconciliação do total dos ativos dos segmentos relatáveis com os ativos da entidade.

- IAS 16 Ativos Fixos Tangíveis – Modelo de revalorização: As emendas clarificam o tratamento a aplicar aos ativos tangíveis (bruto e depreciações acumuladas) à data da revalorização.
- IAS 24 Divulgações de Partes Relacionadas – Serviços de pessoal-chave da gerência: As emendas alargam o conceito de entidade que é relacionada com uma entidade relatora a: entidades, ou qualquer membro de um grupo em que se inserem, que fornecem serviços de pessoal-chave da gerência à entidade relatora ou à sua empresa-mãe e adicionam requisitos de divulgação relacionados com prestação de serviços de pessoal-chave da gerência prestados por uma entidade de gestão.
- IAS 38 Ativos intangíveis – Modelo de valorização: As emendas clarificam o tratamento a aplicar aos ativos intangíveis (bruto e depreciações acumuladas) à data da revalorização.
- IAS 19 Benefícios dos Empregados (Regulamento n.º 29/2015, de 17 de dezembro): As emendas clarificam a orientação para as entidades na atribuição de contribuições dos empregados ou de partes terceiras associados ao serviço e requerem que as entidades atribuam as contribuições associadas aos serviços de acordo com o parágrafo 70, ou seja, utilizando a fórmula de contribuição do plano ou um método linear. Adicionalmente, as emendas acrescentam em apêndice um guia de aplicação para as contribuições dos empregados ou de partes terceiras. Estas emendas visam a redução de complexidade por via da introdução de um expediente prático que permite a uma entidade reconhecer as contribuições dos empregados ou de partes terceiras associados ao serviço que são independentes do número de anos de serviço, como uma redução do custo do serviço, no período em que o serviço associado é prestado.

4 Certificação Legal das Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras individuais da **Optimize Investimento SGPS, SA** (adiante também designada por **Optimize** ou **Empresa**), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2014 (que evidencia um total de 928 894 euros e um total de Capital próprio de 927 921 euros, incluindo um Resultado líquido negativo de 447 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa, do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração (f), utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da **Optimize Investimento SGPS, SA** em 31 de dezembro de 2014, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) definidas pelo Banco de Portugal.

Ênfase

8. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção de que, conforme divulgado na nota 2 do Anexo às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2014, os Investimentos em Associadas e Filiais refletem a detenção da totalidade do capital social da **Optimize Investment Partners, SGFIM, SA (SGFIM)**, valorizada ao custo de aquisição total de 913 394 euros. A nossa certificação legal das contas de 2014 dessa entidade, inclui uma informação referente ao reconhecimento de ativos por impostos diferidos de 97 611 euros, relacionados com o reporte de prejuízos fiscais dos exercícios de 2009 e 2011, cuja realização está prevista no *Business Plan* da SGFIM.

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 18 de março de 2015



Pedro Aleixo Dias, em representação de
BDO & Associados SROC

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores,

Relatório

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a atividade da Optimize Investimento SGPS, SA, examinámos regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração de Rendimento Integral, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio, o correspondente Anexo e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

Parecer

Assim, somos de parecer:

1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração de Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo, apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014;

2º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 18 de março de 2015

O FISCAL ÚNICO



Pedro Aleixo Dias, em representação de
BDO & Associados SROC